

PROJETOS DE AUTONOMIA NA AGRICULTURA: NOVAS CONCEPÇÕES PARA O SOCIAL?

Jalcione Almeida*

RESUMO

Este artigo tece algumas considerações sobre as reivindicações e proposições de autonomia social e técnico-produtiva; sobre o debate em torno da questão da autonomia enquanto disputa ligada à reconquista de espaços mais independentes no cotidiano da agricultura e do meio social rural. A questão da autonomia é discutida na perspectiva de dar um nome à direção mais ou menos definida de um amplo, heterogêneo e complexo movimento de contestação do modelo de desenvolvimento agrícola. O fio condutor deste trabalho circula em torno da seguinte questão:

Esses projetos de autonomia podem constituir-se em uma resposta ao impasse no qual se encontra hoje a maior parte das concepções do social e da agricultura em particular?

TERMOS PARA INDEXAÇÃO: Autonomia; Movimentos sociais rurais; Agricultura “alternativa”.

* Agrônomo, doutor em sociologia, professor da Faculdade de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador CNPq e membro do Núcleo Interdisciplinar “Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade”— IFCH/UFRGS (Núcleo TEMAS) — rua Pedro Ivo, 363/402 — 90 450-210 — Porto Alegre/RS.
Email: jal@vortex.ufrgs.br

AUTONOMY PROJECTS IN AGRICULTURE: NEW CONCEPTIONS TO THE SOCIAL?

ABSTRACT

This paper make some considerations about the demands and proposals for social and technical-productive autonomy, about the discussions concerning autonomy while a struggle for reconquering more independent places in day-by-day agriculture, as well as in rural social milieu. The autonomy matter is discussed in the perspective of naming the direction more or less defined of an ample, heterogeneous and complex movement of contention of the agricultural development mode. This paper has, as a conduction thread the following matter: these autonomy projects may become a response to the impasse wich involves the majority social conceptions in general and the agriculture in particular?

INDEX TERMS: *Autonomy; Rural social movements; "Alternative" agriculture.*

INTRODUÇÃO

Neste espaço, tecemos algumas considerações sobre as reivindicações e proposições de autonomia social e técnico-produtiva; sobre o debate em torno da questão da autonomia enquanto disputa ligada à reconquista de espaços mais independentes no cotidiano da agricultura e do meio social rural.¹ A questão da autonomia é discutida na perspectiva de dar um nome à direção mais ou menos definida de um amplo, heterogêneo e complexo movimento de contestação do modelo de desenvolvimento agrícola.

Essa temática se insere no amplo quadro dos estudos sobre movimentos sociais. Aqui, a autonomia é apresentada como objeto de análise que extrapola os indivíduos e grupos sociais e para ir dar nos *movimentos de*

¹ Uma outra versão sobre o tema foi publicada em Almeida (1994).

contestação na agricultura enquanto atores sociais produtores de idéias e posições concernentes a essa temática específica.

A (busca de) autonomia encontra-se, em verdade, no cerne das principais manifestações em favor de outras formas de agricultura, “alternativas” ou “diferentes”,² buscando traçar uma das vias essenciais na direção de um projeto alternativo de agricultura. Muitos dos atuais movimentos reivindicatórios e de contestação se inscrevem nas políticas mais gerais de autonomia e nos processos de auto-organização, e essas diferentes formas de autonomia definem, cada uma à sua maneira, uma disputa mais ou menos específica.

Na representação social, a autonomia tornou-se um dos grandes referenciais da problemática democrática. Autonomia seria, simultaneamente, o que fundamenta o poder legítimo e o que, entre indivíduos e grupos, resiste à influência e à opressão de todos os tipos de poder. Na maioria dos casos, a autonomia aparece como um dado: ela é o postulado sobre o qual devem repousar, de um lado, todos os projetos democráticos e, de outro, as reivindicações de cidadania.

Em seus diferentes aspectos, a autonomia é objeto de reivindicações, de proposições ou de aspirações que contrariam uma determinada organização do trabalho; subvertem uma racionalização que concentra o poder de decisão, que restringe a democracia, negando a cidadania; opõem-se a um processo de modernização que induz a um crescimento que destrói os equilíbrios naturais fundamentais, aumenta as desigualdades e impõe uma corrida acelerada e esgotante em direção às mudanças. Esse grupo de questões centrais, com seus desdobramentos, parece constituir o verdadeiro elo de ligação entre manifestações contestadoras muitas vezes tão heteróclitas.

² Consideramos “alternativas” ou “diferentes” pelo fato de que as características técnicas, econômicas, sociais, culturais de seu sistema de produção — e mais amplamente de seu modo de vida — correspondem a uma certa combinação da divisão do trabalho, a uma transgressão (em níveis variados) desta divisão tal como funciona hoje de maneira dominante.

Na agricultura, os processos de heteronomização de vida social³ e as “crises” relativas a esses processos encontram-se na base de toda aspiração de autonomia. Sublinhamos que esse processo acabou por romper uma certa “coerência” da exploração camponesa tradicional, através da artificialização de seu trabalho, da profissionalização da atividade agrícola e da “setorialização” da agricultura em geral. Esta artificialização do trabalho camponês operou-se mediante a unificação e a standardização dos produtos agrícolas, que abriram caminho à especialização do agricultor, fazendo dele um monocultor.

Como conseqüência, o agricultor viu-se obrigado a vender o essencial de sua produção no mercado e, de maneira acessória, nele comprar sua alimentação e seus equipamentos. Concretamente, a profissionalização da atividade agrícola significou uma ruptura entre a vida fora do trabalho e aquela dentro do trabalho.

Quanto à “setorialização” da agricultura, esta corresponde ao processo que instaurou uma certa forma de mobilidade dos agricultores no interior do “setor” agrícola. Dito de outra forma, em razão da normatização e da standardização, a atividade agrícola, a propriedade, o local e o micror-regional passam a representar cada vez menos uma unidade pertinente do ponto de vista da produção agrícola.⁴

É, portanto, pelo viés destes três elementos do processo de modernização, que a agricultura teria perdido sua capacidade tradicional de se auto-regular.

Um tal processo de heteronomização da atividade agrícola camponesa provocou a explosão dos mecanismos tradicionais que articulavam os diferentes componentes do trabalho camponês, em benefício dos novos

³ Tomamos emprestado de Ivan Illich o conceito de heteronomização que, na agricultura camponesa, é traduzido, em última instância, pela perda de sua capacidade de autoregulação. Seu sentido etimológico é aquele “que recebe do exterior as leis que regem sua conduta” (ao inverso da autonomia). Esta palavra vem do grego *heteros* (outro) + *nomos* (lei).

⁴ O processo de globalização ou de mundialização das trocas mercantis parece deixar bem clara essa tendência.

modelos de coerência exteriores à exploração agrícola que escapam em muito do controle do agricultor. Seja de forma individual ou coletiva, este último viu reduzir a capacidade que tinha de “harmonizar” os fatores de sua produção.

O objetivo principal deste trabalho é o de determinar os tipos, os “conteúdos” e os limites das autonomias propostas pelos diferentes atores sociais dentro dos movimentos de contestação na agricultura do sul do Brasil.⁵ Como objetivo adicional, pretende-se determinar as virtuais possibilidades dessas diferentes autonomias, com a intenção de “delimitar” os projetos sociais que a elas estão circunscritos.

Com esses objetivos, tenta-se responder a algumas questões fundamentais: esses projetos de autonomia, aliados às forças sociais que lhes dão suporte, podem constituir-se em uma resposta ao impasse em que se encontra hoje a maior parte das concepções do social e da agricultura em particular? Ou seriam apenas manifestações de “crise”, reivindicações defensivas pela sobrevivência e pelo direito de produzir dentro das condições econômicas, sociais e políticas dadas? Enfim, essas manifestações seriam formas, mesmo embrionárias, de um verdadeiro movimento social capaz de produzir um novo paradigma para a produção e colocar em xeque os padrões de desenvolvimento agrícola e de sociedade dominantes?

⁵ A base empírica da pesquisa é composta por grupos, associações, organizações e mediadores sócio-políticos “contestadores” (os atores sociais investigados), como, por exemplo, algumas ONGs (AS-PTA — Assessoria e Serviços em Agricultura Alternativa/RJ; Cetap — Centro de Tecnologias Alternativas Populares/RS, entre outras), por associações independentes e alguns sindicatos (Cotrijuí — Cooperativa Regional Triticola Serrana/RS; Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), por representantes do movimento social rural (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através de grupos assentados no norte do Rio Grande do Sul) e, finalmente, por algumas associações de agricultores ligadas às Igrejas luterana e católica (Capa — Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor/RS e Projeto Vianei de Educação Popular/SC).

OS TIPOS DE AUTONOMIAS REIVINDICADAS E/OU PRATICADAS

Para os diferentes tipos de autonomia, estipulamos uma denominação-classificação particular e específica, procurando também alguns casos empíricos originados em uma longa pesquisa de campo, envolvendo experiências concretas de agriculturas “diferentes” na região Sul do Brasil. O pequeno espaço deste artigo, aliado à amplitude do tema, não permite articular de maneira mais consistente os pressupostos e conceitos aqui utilizados com os dados empíricos. Quanto à base empírica, optou-se por fazer uma breve ilustração, ressaltando que em Almeida (1993) encontra-se a verdadeira operação do sistema de classificação que é, na verdade, o resultado dos fundamentos conceituais utilizados em consonância com análises de categorias empíricas. Talvez, por isso, esse texto, no seu conjunto, apresente-se mais com um caráter “normativo”, constituindo-se em um ensaio sobre uma série de “questões” relativas ao tema da autonomia na agricultura.

Essa observação permitiu-nos, posteriormente, identificar os principais componentes do que chamamos estratégias para uma maior autonomia no meio social agrícola e rural brasileiro. Em alguns casos, as estratégias remetem a uma concepção mais ampla do *métier* e da profissão de agricultor, à medida que elas não se limitam à atividade agrícola tradicional, ou pelo menos àquela que difundem os principais aparelhos públicos e privados de enquadramento técnico-econômico.

Classificamos as estratégias segundo seus grupos e traços elementares. Daí resultam três grandes espaços de autonomia que correspondem — grosso modo e cada um a sua maneira — aos campos cultural, econômico e político, respectivamente: aquele de *autonomia camponesa*, outro que chamamos de *autonomia-solução* e um terceiro da *autonomia com traços predominantemente políticos*.

Insistimos no fato de que essas autonomias específicas não são nem impermeáveis, nem perfeitamente delimitadas. Misturam-se, prendem-se e entrecruzam-se. Pode-se muito bem encontrar em uma delas elementos de outra. De uma maneira geral, o agricultor-tipo é o pequeno agricultor empobrecido, vivendo geralmente em relativo isolamento, pra-

ticando na esfera familiar diversas atividades agrícolas — em geral, não especializadas e de policultura — e outras que não são propriamente agrícolas, e buscando, pelo menos em princípio, um melhoramento na renda e a viabilidade econômica de sua atividade.

A AUTONOMIA CAMPONESA

A *autonomia camponesa* é uma espécie de reivindicação-aspiração construída no plano específico da produção. Esse fenômeno representa, de uma certa forma, um espaço de autonomia no coração da sociedade industrial em geral e da agricultura industrial e “moderna” em particular; um espaço limitado e aparentemente em não-expansão, mas talvez um pouco mais confortável que outros, mesmo que não constitua uma via maior de evolução para a economia e a sociedade.

Certas sociedades, como a brasileira, permitem uma dilatação das margens do sistema formal e institucional. Isso revela, ao mesmo tempo, um aspecto negativo — a concentração do poder — e outro positivo — a possibilidade para muitas pessoas vivendo na marginalidade, ou quase, de encontrarem condições mais ou menos confortáveis de sobrevivência. Isso não acontece, todavia, sem uma forte dependência em relação ao “centro” — ou às formas econômicas dominantes. Trata-se de uma forma de auto-organização da periferia — ou dos setores tidos como marginais — que busca constituir uma via mais autônoma no âmbito do sistema econômico, dotando-se de certos níveis de liberdade e independência em relação ao esquema dominante e ao modelo clássico moderno de organização do trabalho. Os que propõem esse tipo de autonomia pertencem a grupos sociais sem direito — ou com muito pouco direito — à palavra, mal organizados e em situação precária no plano econômico e material.

A autonomia camponesa, que se liga estreitamente ao trabalho, apresenta três dimensões essenciais:

- 1) busca, por parte do trabalhador-agricultor, de uma autonomia na sua estrutura de produção, sendo esta entendida em seu sentido mais amplo, reagrupando as atitudes do agricultor e os conhecimentos necessários à produção;

2) uma autonomia baseada no espaço ou em território específico, que permite um certo conhecimento e domínio da situação e que abre a possibilidade de inventar seu próprio trabalho e de aplicar seus conhecimentos acumulados em um lugar determinado;

3) a possibilidade de gerir seu próprio tempo de trabalho, segundo as diferentes modalidades, o que significa, em última instância, restituir ao agricultor a dimensão essencial da existência, que é a soberania sobre o tempo.

Essas três dimensões gerais da autonomia camponesa levam-nos a definir, entre outros, alguns elementos ou condições que permitem ao agricultor e à sua família adquirir um ganho de autonomia:⁶

- o domínio de um saber camponês específico;
- o domínio de certos instrumentos próprios de produção;
- a disponibilidade de um leque o mais amplo possível de opções de trabalho;
- a possibilidade de melhor organizar o tempo de trabalho, abrindo espaço para outras atividades específicas à atividade — por exemplo, o artesanato, a prestação de serviços exteriores, a intermediação na comercialização-distribuição de produtos agrícolas etc.;
- a possibilidade de trabalhar e de viver perto de seu lugar/local de origem, conservando suas relações sociais e de vizinhança, algumas atividades fora do trabalho, notadamente dispor de tempo para o lazer e as relações com grupos e comunidades locais;
- um certo domínio do tempo e do lugar/local de trabalho;

⁶ É conveniente ficar restrito aos limites da autonomia do trabalho. No entanto, não existe trabalho inteiramente autônomo ou dependente. Nós nos referimos, uma vez mais aqui, às diferentes combinações e formas de vida e trabalho mais ou menos autônomas, seguindo o eixo autonomia-heteronomia, e segundo, também, a relação autonomia-dependência elaborada por Morin (1981). Essas dimensões da autonomia determinam algumas estratégias camponesas específicas, que veremos a seguir.

► um maior espaço de manobra na diversificação das atividades da família e no contexto da produção propriamente dita, no intuito de aumentar a autonomia de cada um dos membros familiares em relação à sua própria atividade.

Parece, portanto, que essas dimensões e condições de autonomia camponesa estão claramente postas em relação a um determinado modo de trabalho pré-industrial, no qual se pode encontrar as formas mais tradicionais de autonomia, justamente aquelas que já existiam nos sistemas agrícolas pré-modernos. Isso leva-nos a admitir que o trabalho industrial representa, pelo menos aparentemente, uma perda de autonomia e que este sofre uma desagregação quando comparado ao trabalho tal como fora concebido antes. Ao se admitir isso, não se quer necessariamente dizer que essas proposições-aspirações e que essas experiências de autonomia camponesa sejam retrógradas. De fato, não poderíamos negar que um tal “sistema” apresenta uma lógica interna que é dinâmica e por vezes menos eficaz do ponto de vista microeconômico e tecnológico quando comparada à matriz moderna; ao mesmo tempo, ele parece ter guardado certas características da tradição que a sociedade industrial, tal como a conhecemos hoje, apagou.

Um outro aspecto importante que se deve relevar é a dimensão de resistência à invasão do mundo camponês que apresentam essas experiências. E quando se resiste, admite-se implicitamente o princípio de inviolabilidade de um mundo, ao mesmo tempo, ideal, “puro”, harmonioso e muito diverso dessa harmonia atual que oculta certos fenômenos, como a auto-exploração da mão-de-obra familiar, certas condições de trabalho e de vida difíceis e por vezes desumanas, bem como as agressões ao meio ambiente. Além disso, convém acrescentar mais um aspecto importante: encontramos, provavelmente, em presença de uma estrutura social fortemente inibidora e usando de um importante poder de controle — familiar e comunitário —, um aspecto que reforça a necessidade de as atividades de produção se apoiarem em um sistema — produtivo e comercial — capaz de lhes assegurar uma integração mínima, ou pelo menos capaz de estancar o processo de marginalização progressiva.

A AUTONOMIA-SOLUÇÃO

A *autonomia-solução* está normalmente associada a uma leitura social do tipo de agregados⁷ e, em última análise, a um estado de “crise” e de desagregação dos subsistemas sociais, em particular o econômico. Enquanto “solução”, *autonomia-solução* não é, entretanto, a regulação do problema da falta aparente de sentido social que sofre atualmente a sociedade, do problema da autonomia do econômico. Na verdade, em muitas de suas características e pontos, ela participa de fato do impasse da atual sociedade: *autonomia-solução* é justamente o produto de uma fragmentação, de uma pulverização ou, talvez, da ausência de um modelo bem definido de sociedade.

Essas práticas fragmentadas de autonomia não estão em relação de posição com seu contrário, a saber, a unidade, a coerência e o interesse geral que pretende personificar o Estado. Ao contrário, essa reivindicação-proposição de autonomia comporta a fusão da “crise” e a sua “solução”, uma solução que fornece um componente instável porque incompletamente fechado em si mesmo. Se essa proposição de autonomia não sugere um projeto social futuro, ela pelo menos induz a um processo de transformação que poderá mostrar-se incompatível com a eternalização do impasse atual. Trata-se, ademais, de uma reivindicação em favor de uma maior democratização do Estado e de seu sistema político de representação, de uma luta por políticas públicas capazes de oferecer resposta aos interesses imediatos de certos grupos e categorias socioprofissionais.

⁷ A leitura social de agregados circula em volta da idéia geral de “mercado”, este apreendido enquanto representação de acontecimentos humanos. Essa leitura do social está intimamente ligada à idéia — ou tendência — em subordinar o trabalho individual ou coletivo à circulação de dinheiro, portanto, ao econômico — a valorização social passa quase sempre pela realização e concretização dos espaços mercantis, da produção e do consumo. Nesse contexto, o mundo da produção, do consumo — o sistema econômico — e o sistema político encontram-se separados, sob a forma de agregados, dissociados do ponto de vista social. O coletivo sofreu uma profunda fratura. A partir de então o mercado assume toda sua importância e aparece como o agente unificador do social, mediante a visão econômica das coisas. Para maior aprofundamento da questão, ver Almeida (1993; 1994).

A partir dessas premissas concernentes a um certo recuo do social e o reinvestimento no econômico entre indivíduos e grupos, pode-se falar pura e simplesmente em um abandono do político e do social em benefício do econômico. Esse reinvestimento comporta, no entanto, uma dimensão política, por mais difusa que seja, como se o fato de os indivíduos e grupos experimentarem pequenos ajustes aqui e acolá dentro do econômico fosse, para alguns, uma outra maneira de fazer e praticar a política, uma maneira própria de responder às dificuldades e contratempos próprios da dimensão econômica.

De um modo um pouco mais abstrato, esse tipo de proposição-aspiração de autonomia indica um processo indefinido de fragmentação do social, segundo múltiplas linhas de fracionamento, no qual é difícil reconhecer um ator social privilegiado — indivíduo, grupo etc. —, assim como práticas legitimadas *a priori*. No lugar disso, evidencia-se, cada vez mais, um espaço de organizações — ou agregados — e de conflitos, um campo de enfrentamentos sem definições e contornos precisos. Esse processo não poupa nem mesmo o indivíduo; não anuncia nenhum princípio de recomposição; não afirma a proeminência de nenhuma luta verdadeira, nem a hierarquização dos grupos. Ao contrário, afora as freqüentes decepções que os indivíduos e grupos conhecem dentro de suas relações com o Estado, com a política institucional e outras instituições, a representação e a resolução dos conflitos não parecem mais serem resolvidos nesse espaço.

Decorre disso tudo que o exercício da oposição da contrariedade “visualizada” socialmente tende a se dissolver nas experiências “reguladoras” de um mercado, ou na auto-regulação dos conflitos pelos próprios grupos e indivíduos, pela busca de soluções *in loco* e de forma imediata para os problemas de produção, mesmo que esses grupos e indivíduos nunca cessem de admitir a participação de uma administração “superior” nas relações de força. Como exemplo desse fenômeno, pode-se observar as diversas tentativas de relacionamento de grupos e indivíduos com o mercado, através dos produtos “diversificados”, dos *labels*, e as experiências próprias de “produção” de tecnologias e práticas a partir de centros de experimentação e pesquisa agrícolas. No âmbito de um tal processo, a autonomia buscada exprime, em um mesmo

movimento, a capacidade de um indivíduo ou grupo específico constituir um pólo de resistência a certas imposições — as políticas públicas, por exemplo — e, no extremo, uma resistência ao próprio poder. Ao mesmo tempo, é a maneira que encontram certos indivíduos para estabelecer um certo modo de produção e de “governo” próprios, suscetíveis de articular a intervenção administrativa pública e suas iniciativas, pessoais ou de grupo, sempre se esforçando em conservar sua autonomia.

Perdendo confiança nos quadros coletivos e sociais — quer se trate de instituições, de organizações, ou de sistemas de representação mentais e ideológicas —, as pessoas tentam então resolver seus problemas *in loco*, individualmente ou em pequenos grupos, visto que lhes é impossível resolvê-los coletivamente e em grande escala. Daí a tendência a se desenvolver uma forte autonomia individual e de grupo, mediante a qual as pessoas buscam dominar ao máximo a conduta de sua vida no cotidiano. Uma tal autonomia reivindicada/proposta, no entanto, não se configura necessariamente em ideologia, em uma ambição confessa ou em um projeto deliberado; talvez seja simplesmente uma espécie de “margem de segurança” que as pessoas experimentam visando à “retomada do fôlego”, esperando o distanciamento da crise. Nesse sentido, a autonomia corresponde mais a uma estratégia de espera.

A AUTONOMIA POLÍTICA

A proposição-aspiração — ou o projeto de *autonomia política* — está associada e condicionada por uma leitura do social de tipo relacional.⁸ Entretanto, esse conceito-proposição de autonomia pode ser encontrado

⁸ O “desencantamento” está na origem da leitura relacional, na medida que somente as relações “racionalis” — e não as relações “primárias”, “primitivas” ou “naturais” — são suscetíveis de obedecer a uma estruturação nos sistemas de relações sociais. Melhor ainda, é preciso que os fatos sociais sejam concebidos como a expressão de uma vontade e que, por trás dos acontecimentos sociais, apareça a responsabilidade do outro. É preciso, ainda, considerar a sobrecarga simbólica própria ao social, bem como a denúncia das definições que o antagonismo impõe. Em resumo, a certeza de que o social, por mais opaco que seja, se nos apresente como o resultado de uma ação humana. Para aprofundamento dos conceitos, ver Almeida (1993; 1994) e Martuccelli (1991).

entre os grupos e atores sociais não possuindo uma visão propriamente relacional do social, como parece ser o caso de alguns grupos comunitários. Trata-se de um modo de autonomia que se julga capaz e articular o econômico *sobre e no âmbito* do político e do social, em condições em que o processo de modernização da vida social obriga pelo menos a interrogar-se, em última análise, sobre o dogma todo-poderoso de um mercado puramente econômico e também visto como entidade político-econômica.

Essa idéia de autonomia política apresenta-se como reação à doutrina que interpreta a economia como um sistema fechado, centrado em si mesmo, comportando somente elementos econômicos e obedecendo apenas as “leis” da economia. Uma tal reflexão econômica acabou por influenciar uma outra, política, que distingue o Estado da sociedade civil, a esfera pública da esfera privada, o cidadão do produtor-consumidor, a igualdade político-jurídica da desigualdade social. A autonomia política expressa, por conseguinte, uma reivindicação de conservar a faculdade de colocar parte da sociedade civil frente aos aparelhos públicos e políticos dominantes. Opõe-se, assim, à autonomia da esfera econômica que imperou, durante longos anos, para reatá-la ao universo político. Nessa perspectiva, parece essencial a retomada do diálogo entre o econômico, de uma parte, e o político e o social, de outra. Que seja politizado e ressocializado o econômico.⁹

O projeto ideal de autonomia política articula-se sobre a crítica da sociedade industrial, e é sobre esta base que oferece um modelo global de sociedade, comparável a duas grandes ideologias da era industrial: o

⁹ Trata-se de uma tarefa árdua. A tendência atual é de dessocialização das esferas do social, tendo o econômico já atingido um estágio de plena dessocialização (ver Almeida, 1993; 1994). Isto é o que faz afirmar Barel (1984), por exemplo, que paralelamente ao fenômeno de repolitização da economia, assistimos a uma despolitização do social, ou seja, a um recuo e a um enclausuramento no microssoial, a um distanciamento cada vez mais acentuado dos indivíduos e dos grupos em relação aos grandes movimentos coletivos. Desde então, a repolitização da economia e a despolitização do social aparecem, pelo menos em parte, como as duas facetas de um mesmo processo.

liberalismo e o socialismo — mesmo se apresentando várias contradições em muitos pontos. Trata-se, portanto — mesmo não aparecendo ainda perfeitamente verificável —, de uma tentativa de apreensão da realidade social deplorável, sem limites quanto à idéia-força de crescimento — em particular quando diz respeito à marginalidade e à degradação do meio ambiente —, um subterfúgio para não considerar outras oportunidades para reorientar a sociedade em uma via alternativa que seja mais condizente com suas aspirações.

É possível antever uma hipótese simples quanto à natureza do que seria esse projeto de autonomia, através do que Parijs (1991) chama de *triângulo de Kolm*.¹⁰ Tem-se, portanto, um triângulo equilátero no qual podem ser colocados os tipos de sociedade existentes e/ou possíveis. Cada um dos três ângulos representa a proporção de atividades produtivas de uma sociedade ou, mais geralmente, a proporção do tempo que seus componentes despendem, respectivamente, em proveito da esfera estatal (setor “público”), da esfera mercantil (setor “privado”) e da esfera autônoma, esta última sendo definida pela negação parcial ou total das duas outras. Os tipos puros, a saber, aqueles que caracterizam as sociedades integralmente estatais, mercantis ou autônomas, correspondem, sem nenhuma dúvida, a casos/tipos ideais.

É importante, no entanto, ressaltar que uma atividade pode conectar-se, em níveis diversos, às três esferas ao mesmo tempo. É o que parece ocorrer, por exemplo, nas experiências de cooperação agrícola: elas são mais “autônomas” e menos “mercantis” quando comparadas com uma empresa capitalista tradicional, ao passo que associações de cooperação entre agricultores ou ainda uma ONG são menos estatais que um órgão de ministério ou algum outro aparelho público de enquadramento técnico-agrícola. Não se pode amalgamar de maneira rápida atividades autônomas — que se auto-regulam antes de se deixarem reger pelo mercado

¹⁰ Este autor baseia-se em certas idéias do economista S. C. Kolm concernentes à “economia da reciprocidade geral”, reinterpretando, certamente, algumas de suas categorias analíticas. Pode-se encontrar outras trilogias semelhantes em autores como A. Gorz, K. Boulding, D. Friedman, I. Sachs, R. Leroy.

ou pelo Estado — e atividades “autotélicas”, isto é, tendo em si mesmas o seu fim, sem se deixarem dirigir por um fim exterior.

Essa representação da autonomia tem pelo menos um mérito: ela rompe com a dualidade que coloca ao longo de um diagrama horizontal, de um lado, “mais Estado” e, de outro, “mais mercado”. Uma dualidade que vigora até os dias atuais no debate político. Isso induz, necessariamente, à tomada de consciência da “dimensão vertical”, pela qual se pode considerar que as visões liberal e socialista — com suas variantes — relevam tão-somente a importância relativa do mercado ou do Estado, não apenas em detrimento um do outro, mas ainda em prejuízo da esfera autônoma. Ao admitir um terceiro pólo, simétrico aos outros dois, promove-se, obrigatoriamente, as atividades mais autônomas, em detrimento, desta vez, das atividades mais estatais ou mercantis, em níveis variados, segundo as práticas sociais propostas ou colocadas em prática.

ESTRATÉGIAS NA BUSCA DA AUTONOMIA

Os agricultores propõem estratégias que se concretizam, por vezes, de maneira ambígua, pois tendem tanto a se opor ao modelo agrícola dominante, como também a nele integrar-se. Em todo o caso, o que parece evidente é que eles se esforçam incessantemente para atingir uma coerência no processo moderno de produção, reabilitando, assim, a pequena atividade agrícola enquanto um lugar/espço de coerência social. São estratégias camponesas que tentam fazer uma “recolagem”, uma recombinação do que foi dissociado, desde o exterior, pela divisão do trabalho. Trata-se de uma transgressão da setorialização — à qual nos referimos anteriormente —, do uso de subterfúgios dentro da divisão do trabalho, dentro das especializações que são impostas pelos agricultores.

Dividimos as estratégias dos pequenos agricultores segundo alguns grandes eixos, que aliás se entrecruzam.

1) Os pequenos agricultores buscam, com seus planos, ultrapassar a ruptura entre as funções de produção e aquelas de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas; procuram a produção de bens “caseiros” para comercialização direta em um mercado alternativo formado por pequenos grupos — associações comunitárias, minicooperati-

vas. Pode-se dizer que essas estratégias induzem a uma intensificação e a uma diversificação das atividades produtivas no interior das unidades produtivas.

2) As representações da sociedade são caracterizadas por um procedimento que consiste, às vezes, em transgredir a ruptura/clivagem entre o agrícola e o não-agrícola. Mesmo que na região Sul do Brasil ainda não seja uma atitude comum, alguns agricultores já buscam vencer os seus problemas de baixa renda mediante a produção de bens que não são especificamente oriundos da agropecuária, ou ainda por meio de outra atividade — na unidade de produção ou fora dela —, sem que, com isso, abandonem a atividade agrícola primária. É uma forma de buscar um adicional de renda — trabalho como mecânico, carpinteiro, a fabricação de tijolos, o artesanato e outros.¹¹

3) Os agricultores buscam incorporar a produção de novos produtos ao seu sistema tradicional, com uma diversificação que passa por vezes por um amplo leque de mercadorias, visando, uma vez mais, a garantia de um adicional de renda ao longo do ano — criação de porcos, de galinhas, produção de leite ou piscicultura, hortigranjeiros.

4) Essas estratégias de conduta da pequena agricultura tendem, quase sempre, em direção a uma integração entre as atividades agrícolas e a vida familiar. É assim que a mulher dedica-se às vacas leiteiras, à manutenção do lar e à ajuda nas colheitas;¹² as crianças ajudam ao pai ou à mãe, segundo o sexo; o agricultor-chefe assegura, geralmente, a ligação entre a produção e os mercados consumidores.

¹¹ Sobre a pluratividade na agricultura, ver, por exemplo, Schneider (1994).

¹² Ao que parece, mesmo não sendo aqui o espaço apropriado para discorrer sobre o tema, uma das fortes dimensões do movimento de mulheres trabalhadoras rurais é o da luta pelo reconhecimento da condição de agricultora enquanto trabalhadora rural, nos mesmos moldes do homem trabalhador rural e com os mesmos direitos — salvo aquele relativo à maternidade. A autonomia pode ser interpretada como uma reivindicação de espaços de poder e de trabalho. Convém salientar, entretanto, que o movimento não se esgota nesse tipo de reivindicação/luta.

Acrescentaríamos um quinto e sexto eixos estratégicos marcantes no caso brasileiro.

5) A tentativa de recuperação de tecnologias e de procedimentos mais tradicionais, que visam a uma melhor adaptação da mão-de-obra disponível às condições de trabalho, a um maior respeito ao meio ambiente — sobretudo entre aquele cuja sensibilidade ecológico-ambientalista-conservacionista atinge um grau elevado — e um aumento das rendas familiares.

6) Por fim, a busca incessante de uma auto-organização, desembocando em um sistema legítimo de solidariedade e de identidade que empurra os agricultores, de maneira objetiva, a se associarem em grupos, cooperativas ou associações de caráter comunitário para fazer frente às dificuldades crescentes da produção, da comercialização e da vida no meio social rural. As formas mais cristalizadas de cooperação são hoje, na região Sul do Brasil, as de certos grupos de assentados rurais, de cooperantes reagrupados em núcleos reduzidos — associações para a comercialização, compra de insumos, discussão técnica etc. — e de algumas cooperativas tradicionais que buscam uma reabilitação no interior do processo de modernização agrícola.

OS LIMITES DAS PROPOSTAS DE AUTONOMIA

Antes de discutir algumas questões (pertinentes? provocadoras?), temos a precisar que este artigo não vislumbra a autonomia — ou as autonomias — como algo ilusório. Longe disso! O objetivo maior desta discussão é o de se interrogar sobre os equívocos reais e imaginários, existentes ou possíveis, da(s) autonomia(s).

I

As tentativas em tirar do isolamento algumas das ações levadas a efeito por grupos contestadores são intermediadas mais seguidamente por militantes sindicais e por partidos de esquerda, mais ou menos ligados organicamente aos movimentos populares. Fora desse quadro político e sindical, a luta contestadora rural parece ainda não ter ganho muito terreno, nem conhecido grande repercussão.

Mas esta aliança não se dá sem problemas. Assiste-se, regularmente, por parte dos militantes de um e de outro movimento, a tentativas de articulação das lutas, reunindo-as, na maioria dos casos, às estruturas, idéias e reivindicações das quais eles participam e defendem. Já certos atores “de base”, que se mostram ao mesmo tempo mais “lúcidos” e os menos engajados no seio dessas forças políticas, vêem nessa articulação uma perda de autonomia e de iniciativa em relação às ações efetivadas. Alguns chegam mesmo a pensar que uma tal identificação com partidos e sindicatos reforça certas proposições alternativas. Notemos, entretanto, que os atores que têm essa percepção constituem ainda uma minoria. O que se passa, geralmente, é que o conjunto das ações, atores e grupos concernentes se mostra impotente para romper com essa aliança por vezes forçada — porque verticalizada — com os partidos e os sindicatos.

O apoio sindical é visto, em geral, com “bons olhos” pelos atores “de base”, pelo fato de os mesmos não terem uma escolha política particular, mas uma opinião influenciada pelos aliados que lhes ajudam a tirar suas lutas da relativa marginalidade em que se encontram. É por essa razão que se assiste, seguidamente, afirmar idéias impostas “de fora” dos grupos contestadores na agricultura. Em conseqüência deste distanciamento, a “base” das lutas nem sempre compreende o que querem seus líderes. Um exemplo é a definição do que significa uma agricultura alternativa. Muitos dos atores “de base” conseguem apenas associar essa noção a uma determinada ONG ou associação que trabalha sobre a questão, sem mais precisões nos seus comentários.

Diante dessa situação, uma questão importante é colocada: admitindo-se as idéias e formas de ação impostas pelos partidos de esquerda e os sindicatos ditos “combativos”, a expressão majoritária dessas ações contestadoras não conduziria a uma alteração da influência desses próprios partidos e sindicatos no interior do “movimento”, pelo fato que eles seriam então induzidos a agir de maneira a deixar pouco espaço à autonomia interna dos grupos e a cada indivíduo nas ações específicas?

II

O fenômeno “autonomista” não é patrimônio de uma classe ou de uma categoria social específica. Surge em diferentes espaços sociais, entre classes e categorias distintas, seja pelo viés de uma ideologia declarada de autonomia pessoal — ou individualista —, ou de autonomia coletiva — ou de grupo. Na maior parte dos casos que podemos estudar, esse fenômeno parece refletir um sintoma de urgência no interior de certos grupos sociais, de uma elite que “ascende” e que, encontrando-se bloqueada em sua ascensão rumo às esferas mais elevadas da hierarquia social, busca constituir-se em uma espécie de “classe dirigente” aos olhos de grupos que ela pretende “representar”. Tais grupos não se identificam, em termos de classe ou socialmente, à “elite” e encontram-se à deriva no plano da inserção social.

A elite emergente, todavia, procura mobilizar os grupos rumo às ações coletivas que levam a diferentes situações:

- 1) Por vezes, a separar-se da “sociedade global” — com a formulação ou idealização de um “projeto” de autonomia pela independência.
- 2) A marginalizar-se na periferia dos sistemas técnico-econômico, político e social — por exemplo, certas proposições de autonomia camponesa ou de quase-autarquia, a par suas relações marginais com o poder institucionalizado.
- 3) A obter um *status* de autonomia *no interior* da sociedade global.
- 4) A constituir, enfim, uma manifestação de autonomia política tomando forma de um ideal de projeto social.

É no âmbito de numerosas ONGs — com sua diversidade de proposições e de especificidades — e de organizações de cooperação e ajuda aos agricultores que se encontram os atores sociais, as críticas em direção à agricultura moderna e que melhor representam essa dimensão — política — geral da autonomia e do projeto de autonomia para a agricultura.

Na sua maioria, a massa de agricultores engajada nesse movimento acaba por “assimilar” as proposições vindas “do alto” e que, de uma certa maneira, são-lhes impostas. Os líderes camponeses, sindicais ou comu-

nitários — já “convencidos” — acabam por estabelecer uma ligação entre, de um lado, esta elite ansiosa por se afirmar política e socialmente e, de outro, a base dos movimentos de contestação na agricultura. Essa mesma elite — que compõe as ONGs e certas associações de ajuda e cooperação — identifica-se aos grupos rurais locais e específicos para se tornar seu porta-voz.

É preciso ver nesse fenômeno a busca de identidade da parte desses atores mais “qualificados”, colocando-se por vezes na situação patética de defender posições que os próprios agricultores recusam. Isso pode ser constatado mediante a análise dos discursos de um e de outro, do “alto” à “base”. Por outro lado, os agricultores “usam” também esses “dirigentes” como mediadores entre o pólo científico “racional” e “global” — a universidade, as agências de cooperação, os grupos de ajuda etc. —, o pólo estatal com seus aparelhos de enquadramento e um pólo ético-emocional reagrupando os militantes de causas específicas — mais locais, ou mesmo os próprios agricultores.

Como se pode ver, as ações e manifestações de autonomia, sobretudo aquelas de caráter mais coletivo, tendem a mobilizar grupos a serviço de uma estratégia que é aquela da “elite”. Nesse contexto, a fórmula célebre e clássica de autonomia, aquela que diz respeito à sua própria etimologia, poderá tão-somente ser subvertida, observando-se então que o “auto” que regula e dirige não é o “auto” que *se* regula e *se* dirige. Um dos grandes perigos que sofre esse tipo de manifestação é o de se ver submetida a uma total institucionalização, na medida em que a “elite” está geralmente pronta para aproveitar a ocasião de se alçar a níveis semelhantes àqueles da classe dominante-dirigente de grupos globalizantes, em nome dos quais ela reclamará ou proclamará a autonomia.

III

As agriculturas “alternativas” ou “diferentes” — da teoria à prática — reúnem um grande número de militantes de diversas correntes ideológicas em torno de princípios e de práticas microeconômicas e de motivações sociais. As idéias propostas, mesmo que seguramente difusas, ambíguas e contraditórias entre si, são geralmente concretizadas e “ci-

mentadas” por um discurso ecológico-ambientalista, sindical, socialista-reformador ou cooperativista-reformador, oscilando entre imagens do passado e visões do futuro e visando globalmente, em última análise, ao melhoramento da sociedade em vigor.

As idéias que melhor caracterizam essa tendência são aquelas que sustentam as manifestações que procuram um maior equilíbrio entre a macro e a microeconomia, uma agricultura parcimoniosa em produtos industriais de síntese, buscando também conservar os solos e a natureza, com a utilização de uma tecnologia mais “social” e a associação-cooperação agrícola, contra o produtivismo, e em prol de uma agricultura (ou atividade) mais “libertadora”.

Por outro lado, essas diversas preocupações ou visões alternativas agrupam certas aspirações das classes médias urbanas. É o que parece mostrar a influência crescente de indivíduos oriundos de camadas urbanas intelectualizadas no movimento alternativo, mesmo que muitas vezes com formação acadêmica nas “ciências agrárias”. Essas preocupações assimilam valores de luta suscetíveis de mudar certos aspectos da sociedade, sem questionar o seu *status quo* — uma maneira de atualizar os debates sobre os temas qualitativos que podem ser esquecidos ou varridos pela vaga quantitativa da economia e da disputa pelos mercados. Em suma, procuram proporcionar um corpo à ambição de fazer renascer uma socioeconomia “localizada”, microrregional.

No que se refere especialmente à economia, o caráter “global” das idéias alternativas choca-se, seguidamente, com a dimensão “local”. As reivindicações e as aspirações de autonomia parecem indicar claramente uma aspiração a uma autonomia econômica, compreendida como um fato de sociedade que não pode ser forçosamente assimilado a um elemento motor da vida em sociedade.

Além de sua restrição nas especificidades e no local, a expressão majoritária do “movimento alternativo”, pelo menos no que parece mostrar as experiências e manifestações estudadas, evidencia a ausência de uma perspectiva global em relação aos problemas levantados pelos grupos e indivíduos. Tudo parece mais claro quando esses últimos afirmam que certos problemas arrolados só encontram uma solução quando no inte-

rior de sua própria esfera.¹³ Isso é possível quando se trata de questões que dependem de uma estrutura local, como a ajuda para o melhoramento de certas instalações e de pequenas estruturas de tratamento de produtos agrícolas. Quando os problemas estão fortemente imbricados com outras instâncias políticas e econômico-financeiras, já não se pode resolvê-los como da forma anterior, bloqueando-se, assim, as engrenagens existentes. Como conseqüência, surgem as reivindicações, por vezes de massa, dirigidas ao Estado ou a seus órgãos e aparelhos, que voltam a representar a solução capaz de recomposição do sistema bloqueado.

Como pensar, então, uma autonomia política real, que pressuponha uma certa globalidade, se as análises são feitas de maneira setorial e se ocorre um enclausuramento em diversas redes de ajuda e de solidariedade?

Esses grupos, essas redes conseguirão resolver todas as dificuldades com uma tal visão compartimentalizada e restrita no local?

Conseguirão transformar os modos de vida individuais e coletivos nas suas múltiplas dimensões — produção, consumo, meio ambiente, educação, energia, lazer etc. —, quando, para isso, seria preciso uma abordagem mais global podendo interagir com diversos setores públicos e privados?

Se esta divisão e este enclausuramento se confirmarem, o risco principal consiste então em justapor as diferentes autonomias locais sem que ocorra uma comunicação verdadeira entre elas, facilitando, assim, a tarefa governamental dos poderes públicos, que nisso veriam uma maneira de aumentar sua influência.

A estratégia “alternativa” — até mesmo de agricultura alternativa — visa a estabelecer uma *comunicação*, por mais precária que seja, entre os diversos grupos alternativos. Mesmo que ainda não se tenha obtido resultados muito satisfatórios nesse sentido, os alternativos não cessam de lutar contra o perigo de desagregação de sua rede de articulação na-

¹³ As principais manifestações estão expostas nos atores sociais já apresentados anteriormente. Para maiores detalhes, ver Almeida (1993).

cional. Esse esforço tem o mérito de confrontar entre as diferentes tendências os diversos modos de desenvolvimento alternativo local e setorial, de catalogar e organizar as experiências, de formar os técnicos e “quadros” etc.

Esse esforço organizacional e centralizador poderá, no entanto, chocar-se com a impotência em transformar globalmente o tecido social rural e em influenciar os movimentos sociais que propõem uma nova estratégia de conjunto para a agricultura e a sociedade brasileiras. Poderá chocar-se igualmente, sem nenhuma dúvida, com a idéia do “mercado” enquanto princípio redutor da complexidade e canal de trânsito de informações. Podemos nos questionar se todos os que caminham em direção às autonomias locais poderão semear os germes de novos movimentos sociais que, em se associando aos seus pares mais ou menos costumeiros — sindicatos, partidos, igrejas, outras associações políticas etc. —, poderão elaborar estratégias, elas também novas.

Coloquemos essa questão de forma mais direta:

Dessas experiências e proposições de autonomia microeconômica e de experimentação “alternativa”, poderá emergir um movimento alternativo específico para a agricultura?

Essa agricultura — e sociedade — de novo tipo, tão almejada pelos atores em busca de uma outra maneira de produzir e de viver, poderá surgir das múltiplas fraturas e experiências em que se decompôs o movimento alternativo, sindical e associativo-cooperativo?

Por mais otimista e engajado que se possa ser, a resposta talvez seja negativa. Existe, entretanto, uma expectativa entre os atores e grupos concernentes nesse sentido, e mesmo entre camadas crescentes da população rural e urbana, uma expectativa que está à espreita de uma (re)conexão entre, de uma parte, essas iniciativas práticas, de campo — e suas teorizações respectivas — e a teoria política e os movimentos sociais de outra parte: à espreita também de uma confrontação entre o econômico e o social capaz de estruturar um novo pensamento social, a partir de uma temática baseada, antes de tudo, na autonomia, na ecologia e na solidariedade entre os homens.

Nesse sentido, as expectativas são maiores no que diz respeito às proposições que parecem elaborar os atores sociais implicados com a agroecologia, com um projeto político de autonomia, de produção e de uma outra maneira de viver em sociedade.

Seriam essas proposições capazes de atingir seus fins, ou assistimos a uma pulverização das estruturas econômicas?

Considerado como movimento político-ideológico, o ecologismo mostrar-se-á capaz — como querem alguns — de romper com a fragmentação crescente do campo social; substituirá — ou ultrapassará — os ideais do que fora o radicalismo e o socialismo, nesse preciso momento em que as sociedades, em seu conjunto, parecem desinteressar-se por seu futuro, fechando-se em atitudes defensivas ou lançando-se em projetos individualistas que pouco se preocupam em transformar as formas de vida social?

Talvez o futuro próximo responda a essas indagações. Uma coisa, no entanto, parece certa: é sem dúvida nessas formas de luta ainda imprevisíveis que espaços de autonomia são incessantemente construídos e alargados e que surgirão os atores e grupos salvos da forte influência do Estado e do mercado totalizador.

Em se tratando das manifestações e proposições locais e microrregionais, devemos, entretanto, reconhecer que elas intervêm em contextos sociais, econômicos e culturais particulares. São geralmente situações marcadas por uma certa fragilidade econômica, submetidas a uma forte concorrência exterior, como no caso específico da agricultura familiar pouco modernizada. Nesse contexto — em que as oportunidades de sucesso econômico são raras e a mobilidade social é fraca — as reivindicações locais, particulares, revestem um caráter mais cultural — a identidade — ou econômico — vencer a crise —, erigindo-se como legítimas, conseqüentes e mesmo coerentes com a realidade social que devem afrontar numerosos grupos e indivíduos. Essas manifestações, de fato, surgem, antes de tudo, como alternativas, compensatórias.

Os fortes particularismos culturais e naturais de determinadas regiões deverão, no entanto, encorajar os atores e grupos sociais em luta por uma outra agricultura a constituírem projetos e a afirmarem proposições

voltadas especificamente para a busca de uma identidade cultural indissociável de uma identidade social.

AS POSSIBILIDADES

A autonomia, como disputa, apresenta uma dupla face:

- 1) a da multiplicação de redes e da fragmentação do social;
- 2) uma segunda, mais política, que se apresenta verdadeiramente como uma disputa conflituosa, como disputa de sentido *para o (e no) social*.

Os atores e grupos que aspiram a uma autonomia devem esforçar-se para concebê-la dentro dessa segunda ótica, experimentando orientá-la na direção da construção de uma nova concepção de vida social. A autonomia, como projeto social, poderia ser a única via de afirmação para esses grupos enquanto verdadeiros *atores sociais*. É por essa via que poderá instaurar-se o agir conflituoso entre certas ações coletivas contestadoras e as forças dirigentes do projeto dominante de agricultura e de sociedade.

A possível aliança ou articulação entre essas manifestações e outros movimentos e forças sociais de maior amplitude — sobretudo certas tendências do movimento ecológico — mostrar-se-á então capaz de “criar”, oferecer um sentido que o sistema parece não querer indicar — fora aquele sentido do econômico e do mercado, e, por via de consequência, aquele do consumo —, ou seja, da reorganização de um campo prático específico.

Eis então o que parece estar verdadeiramente em jogo na questão da autonomia: uma lógica de resistência, mas também uma contra-ofensiva dos atores submetidos à opressão e dominação do poder dominante; uma (nova) conceituação do social que tenta subtraí-lo da área de influência do econômico e do político institucional atual, mesmo não tendo dúvida de que esse último restará sempre como instaurador do social.

Em suma, se constatamos a existência de um conflito em torno de uma disputa maior — a autonomia —, podemos dizer que, pelo menos no que concerne à correlação mais ou menos direta — em todo caso virtual — entre essa disputa e um contraprojeto, essas ações e lutas não cons-

tituem ainda um movimento social. As ações continuam divididas entre si: apresentam-se como sendo, de um lado, defensivas e, de outro, de caráter mais utópico e estratégico. Uma utopia que parece ainda um pouco longe de anunciar um movimento social. As manifestações têm se confinado no campo da recusa cultural, com as conseqüências que isso implica, e, em casos específicos, na oposição direta entre modelos — ou estruturas — de sociedade: tradicional *versus* moderna, socialista *versus* capitalista, “grande” *versus* “pequeno”.¹⁴

Algumas interrogações ainda ficam:

A que ponto poderão chegar efetivamente essas diferentes reivindicações-proposições de autonomia?

Quais são os novos sistemas de produção, de coerência em fase de implantação, ou mesmo de projeto razoavelmente acabado?

A modernização agrícola será capaz de se afastar do centro de interesse que é a produção em escala, da setorialização/especialização, e permitir a pequena agricultura reencontrar seu lugar — o da coerência da família e do “local”?

Essas são amplas interrogações abertas à reflexão. Pensamos ter oferecido alguns elementos para a formulação de uma resposta e de alternativas no campo das possibilidades.

¹⁴ *Movimento social* é, antes de tudo, uma construção teórico-analítica. É definido pela constituição de um conflito que determina um adversário e uma ou mais disputas centrais, bem como pela resistência à influência e à dominação deste adversário sobre as disputas em questão. O que caracteriza um movimento social em relação aos outros tipos de conduta coletiva é justamente a interdependência quase total existente entre as disputas e os atores (Touraine, 1978). Para um movimento social considerar-se realmente forte, deverá incorporar e depois ultrapassar as reivindicações meramente organizacionais, bem como as pressões institucionais. Assim, para Touraine, os movimentos sociais “são apenas o ponto de equilíbrio entre uma intervenção institucional e uma ação crítica, entre a participação no sistema político e o ataque contra o Estado” (p. 109). Ademais, acrescentaríamos a esta noção aquela de Melucci (1985) que reafirma o movimento social como sendo uma forte ação que se fundamenta na solidariedade, conduz um conflito e acaba por ultrapassar os limites do sistema no qual ele desenvolve as ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jalcione. “Agriculteurs de la deuxième chance: un regard sur les (ré)actions contestataires et la mouvance alternative dans l’agriculture du Brésil méridional”, Nanterre, Université de Paris X. Tese de doutoramento, 1993.
- . “A busca de autonomia na agricultura: estratégias, limites e possibilidades”, *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Sociologia/IFCH-UFRGS, n.6, 1994, pp.212-229.
- BAREL, Yves. *La société du vide*, Paris, Seuil, 1984.
- MARTUCCELLI, Danilo. “La nouvelle texture du social. Vers la reconstruction du champ social: de l’épuisement de la raison à l’agir conflictuel du néo-social”, Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Tese de doutoramento, 1991.
- MELUCCI, Alberto. “The symbolic challenge of contemporary movements”, *Social Research*, vol.52, n. 4, 1985, pp.789-813.
- MORIN, Edgard. “Peut-on concevoir une science de l’autonomie?”, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, vol. LXXI, 1981, pp.257-267.
- TOURAINÉ, Alain. *La voix et le regard*, Paris, Seuil, 1978.
- PARIJS, Phillippe van. “Impasses et promesses de l’écologie politique”, *Esprit*, n.171, mai 1991, pp.54-70.
- SCHNEIDER, Sérgio. “Os colonos da indústria calçadista. Expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul”, Campinas, IFCH/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1994, Dissertação de mestrado.